

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

-----No dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, na sede da Junta de Freguesia de Porto de Mós, sita na Rua D. Fuas Roupinho, na Vila de Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Intervenção aberta ao público, nos termos do nº 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento) -----

-----2. Concessão de estabelecimento comercial de Snack-bar designado por docas 2, no Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo - Proposta; (Apreciação, discussão e votação); -----

-----3. 2ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024 - Proposta; (Apreciação, discussão e votação); -----

-----4. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo de Porto de Mós" - Proposta; (Apreciação, discussão e votação);-----

-----5. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro. Atendendo ao facto de o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário, estarem ausentes por motivos pessoais e tendo justificado a falta à presente sessão, a senhora Presidente da Assembleia chamou em sua substituição, respetivamente, Isa Filipa Ferreira Vala (PSD) e Sandra Maria da Silva Martins (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Cristina Maria Braz Ferreira (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Samuel

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dinis Cordeiro da Costa (PS), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Dep. Não Inscrita), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferrária, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga e Luis António Gomes da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Rui Fernando Correia Marto, Paulo Jorge Nobre Pereira (PS) e Sofia Margarida Amado Pereira (PS), bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, António José Jesus Ferreira (PSD), que foi substituído por Dora Cristina Pereira Jorge (PSD), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD) que foi substituída por Marinho Paulino Fortunato Valente (PSD), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), que foi substituído por Margarida Carvalheiro (PS), Ana Cristina dos Santos Carneiro Vilaverde (PSD) que foi substituída por Beatriz Mateus Coelho Guerra Simões (PSD), mas que não compareceu. João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD) que foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD) e Liliana Carvalho Pereira, que foi substituída por Deolinda Maria Gomes Santo Bértolo (PS).-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, após ter chamado os substitutos dos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, devidamente identificados em supra, declarou aberta a sessão, passando a cumprimentar todos os presentes e em especial o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, agradecendo o acolhimento e a completa disponibilidade para a realização desta sessão na sede desta Junta de Freguesia. Cumprimentou depois toda a freguesia de Porto de Mós, dizendo que é para esta Assembleia e para si, em particular, uma honra e um prazer estar nesta freguesia a presidir a esta sessão, numa sala remodelada e agora com o nome do senhor José Gomes dos Santos, uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

personalidade amiga de todos e em particular, da sua terra, parabenizando o senhor Presidente da Junta por homenagear assim um homem que tanto deu a esta autarquia e a esta terra. Passou depois a dizer que esta Assembleia Municipal irá ser regida pelo Regimento aprovado em 11.02.2022, desejando a todas e a todos uma boa sessão esperando que seja uma Assembleia Municipal, na defesa dos interesses próprios da população de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. -----

-----Chamou depois a usar da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, que depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer agradecer a presença de todos neste auditório, manifestando o seu contentamento pela realização desta sessão da Assembleia Municipal neste espaço. Agradeceu depois ao senhor Presidente da Câmara a realização das obras que a Câmara tem vindo a fazer na freguesia de Porto de Mós, e não só nesta freguesia, dizendo que são obras para todos, agradecendo por ter cumprido com as promessas feitas no início do mandato.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou depois a informar das faltas e substituições verificadas e que constam supra. Seguidamente referiu que se considera importante a Assembleia Municipal ter conhecimento das boas práticas a serem desenvolvidas no âmbito da escola. A educação para a Saúde, na escola, tem por finalidade inculcar nos alunos e nos pais, atitudes, conhecimentos e valores de modo a que o aluno adquira hábitos de vida saudáveis. Sabemos hoje que existem um sem número de problemas na escola: a diversidade de culturas, a violência entre os jovens, a violência no namoro, o bullying, entre tantos outros. Para falarmos um pouco, e para termos conhecimento do que se considera importante nesta Assembleia Municipal, estando a terminar este ano letivo, e para se falar um pouco sobre a Saúde na escola, convidou a Dr<sup>a</sup> Maria Gabriela para apresentar o projeto, agradecendo desde já a total disponibilidade para estar presente. Usando da palavra a oradora convidada começou por dizer que vem apresentar o projeto intermunicipal de promoção do sucesso escolar (PIPSE), que tem como entidade promotora a CIM, como entidade coordenadora científica, a Universidade de Coimbra e como entidade que coloca este projeto em marcha, o Município de Porto de Mós. A sua equipa conta com três elementos, a Diana Silva, psicóloga, Inês Carreira, professora do primeiro ciclo e ela própria, Maria Gabriel, terapeuta da fala. Os principais objetivos deste projeto são a melhoria dos indicadores educativos, através da promoção do sucesso escolar e a prevenção do insucesso escolar, ou seja, pretende-se mudar a trajetória para que as crianças não cheguem, sequer a ter insucesso escolar. A sua atuação centra-se em três eixos específicos: o eixo da prevenção, no eixo da intervenção direta, e no eixo da identificação atempada. Continuou a dar nota das ações desenvolvidas no âmbito do projeto referido.-----

-----Usou depois a palavra a enfermeira Sílvia, coordenadora da Saúde Escolar dentro da UCT (Unidade de Cuidados na Comunidade), sendo que a Coordenação da Saúde Escolar pertence à

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Drª Lurdes Costa, médica de Saúde Pública, que passou igualmente a dar conta do trabalho desenvolvido no âmbito da Saúde nas escolas do concelho. Disse ainda que a equipa de promoção para a Educação para a Saúde, é constituída pela Drª Lurdes, pela Drª Teresa Gameiro, técnica de saúde ambiental, a enfermeira Cristiana Rosário, enfermeira especialista em enfermagem comunitária, por si própria, pela enfermeira Marta, especialista em saúde materna, pela enfermeira Joana Brogueira, enfermeira de saúde mental, pelo Dr. José Relvas, higienista oral, e pela Drª Ana Oliveira, psicóloga do Centro de Saúde de Porto de Mós. Esta equipa desenvolve um programa de saúde escolar com base nos princípios orientadores do Programa Nacional de Saúde Escolar e também do referencial de educação para a saúde. Neste sentido, e de acordo com aquilo que é preconizado com o programa nacional de saúde escolar, todas as crianças têm direito à saúde e à educação e devem ter oportunidade de frequentar uma escola que promova a saúde e o bem-estar. O Plano Nacional de Saúde Escolar visa contribuir para mais educação, mais equidade, maior participação e maior responsabilização de todos com o bem-estar e a qualidade de vida das nossas crianças e jovens.

### **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir, tendo-se inscrito o cidadão Telmo Conceição, de Porto de Mós.

### **Telmo Conceição:**

Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que está aqui com espírito de missão, gostando que a sua intervenção fosse interpretada de uma forma natural, para que os objetivos que ela encerra, se concretizem. Continuou dizendo ser titular de uma exposição que nasceu no Município de Porto de Mós com sete peças de arte popular, sob a temática do 25 de Abril. Neste momento, a exposição já conta com trinta peças e está a crescer. Disse já ter sido interpelado pela Associação 25 de Abril que está interessada em ficar com o espólio da exposição, porque vai inaugurar um Centro Interpretativo do 25 de Abril, na Praça do Comércio, nas antigas instalações do Ministério da Administração Interna. Portanto, disse, que não há necessidade de esta exposição ir para Lisboa, e se o Município disponibilizar um espaço seria interessante que esse espólio ficasse ao dispor da população portomosense e das gerações futuras.

Seguidamente passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que depois de cumprimentar todos os presentes disse que ouviu com atenção as palavras de Telmo Conceição, que agradece, e com certeza que o Município arranjará alguma solução a fim de receber a exposição. O Município acolheu desde o primeiro momento a vontade do senhor Telmo Conceição

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de expor as suas peças, felicitando-o pelo reconhecimento que tem existido acerca da valia da exposição e daquilo que ela transmite. Sobre os 50 anos do 25 de Abril, disse que o Município fez um trabalho, que para além de ser invulgar, porque poucos o fizeram, é um trabalho que tem sido muito reconhecido e que são as publicações as atas, recolha feita pelo jovem historiador Kevin Soares, um trabalho importantíssimo que se traduz na recuperação de memória, embora infelizmente muito já se tenha perdido, mas o que se conseguiu recuperar vai ficar eternizado para as gerações futuras, em livro e em formato digital e não se vai voltar a perder. Considera que este trabalho sim, é um trabalho fundamental para marcar os cinquenta anos do 25 de Abril e sobretudo para eternizar aquilo que foram os momentos passados nessa altura.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação a **ata nº 3 de 2024**, realizada em vinte e seis abril de dois mil e vinte e quatro, perguntando se alguém quer fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Filipe da Conceição Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, refere que no início da ata, o seu nome consta como presente, mas que só esteve na sessão parcialmente, tendo-lhe sido dito que não teria direito a auferir a senha de presença e não tendo assinado a folha de presenças, pedindo assim a sua correção. Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação a Ata nº 3 de 2024, considerando as correções pedidas, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire:**-----

-----Usando da palavra, cumprimentou todos os presentes. Começou por dizer que iria falar sobre a Saúde em Mira de Aire e que atualmente se encontram cerca de dois ficheiros e meio sem médico de família, na sua freguesia, sendo que tem um total de três ficheiros. Trata-se de um situação preocupante para todos os mirenses e a Junta de Freguesia em particular, querendo saber da parte do senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação adicional, para que possa dar algum tipo de informação às pessoas que o questionam. Outra situação, prende-se com um armazém de resíduos, que se encontra a caminho do cemitério, e que foi alvo de uma notificação para a Câmara Municipal e para a GNR, no início do ano, e que teve resposta da GNR, no passado mês de maio, dizendo na resposta, que foi dado conhecimento dos factos apurados e verificados ao Município de Porto de Mós. A Freguesia de Mira de Aire, teve há tempos atrás, um problema ambiental, relacionado com um amontoado de pneus que foi colocado na serra, e a Junta de Freguesia, em colaboração com algumas associações e algumas pessoas anónimas, procedeu à retirada dos pneus. Como este armazém, tem a sua porta de entrada escancarada, com resíduos de plásticos tanto no interior como no exterior, perguntou se existe a possibilidade de procederem

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

como o fizeram relativamente à remoção dos pneus, bem como saber para onde levar o lixo que lá se encontra, nomeadamente os plásticos.-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Juncal:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, pelos melhoramentos feitos nesta sala, bem como pela merecida homenagem a José Gomes dos Santos. Disse ainda querer dar os parabéns pelas apresentações aqui feitas no âmbito da saúde em contexto escolar e também agradecer e dar os parabéns, pela preocupação pelas crianças e jovens, esperando que futuramente se criem melhores princípios. Por fim deu os parabéns ao senhor Presidente da Câmara e restante executivo por finalmente estar concluída a Casa dos Calados.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que a sua primeira palavra era para dar os parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, pois o senhor José Gomes dos Santos não está hoje aqui, fisicamente, mas perpetua-se nesta sala. Referiu-se depois ao anterior ato eleitoral e à sua modernização, dizendo que na sua freguesia correu bem, e que os funcionários da Câmara estiveram sempre presentes a apoiar, pelo que o executivo está de parabéns e todas as pessoas que participaram em todo este processo. Espera que se continue com a desmaterialização dos cadernos eleitorais pois verificou-se que a abstenção diminuiu. Continuando, disse que há uma estrada na Ribeira de Cima que liga a Alcaria, mais concretamente à Fornea, que necessita de intervenção, pois se um carro de bombeiros tiver que intervir, não consegue por ali transitar. Terminando parabenizou o senhor Presidente da Câmara pela conclusão da Casa dos Calados e pelo milhão e meio de euros que a Câmara recebeu por via da candidatura, perguntando ainda quanto é que a Câmara já recebeu, nestes últimos sete anos, de fundos comunitários, a fundo perdido.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (JFAS) – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra:**-----

-----Cumprimentando todos os presentes deixou um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós e também ao senhor José Gomes dos Santos, personagem que levará consigo desta passagem pela política, pela sua lealdade e dedicação à causa pública. Disse depois que queria deixar uma nota de congratulação pelas apresentações que foram feitas, por profissionais de excelência. Continuando, disse que a sua intervenção também tem a ver com a saúde. Disse ter tido uma reunião na segunda feira, em que também estava presente Francisco Baptista, Presidente da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, bem

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como a Drª Ana Henriques, Coordenadora da USF Aire e Candeeiros e ainda a Drª Denise Bento da ULS, estrutura recentemente criada, e que foi quem convocou. Estranhando essa convocatória, rapidamente percebeu que era para lhe dizer, a si, e ao seu congénere, de que as suas extensões de saúde não iriam abrir. A senhora Vereadora, que também estava presente, bem como ele próprio e o senhor Presidente da União de Freguesias de Arrimal tentaram rebater ao máximo essa posição, mas sem sucesso. Disse ainda que a questão não é só não ir a médica, mas também a enfermeira e administrativa, porque a extensão é mesmo para fechar. Como ele referiu que havia uma adenda onde essa situação tinha sido acautelada, a Drª Ana Henriques alegou o desconhecimento da mesma inicialmente, mas depois formulou a questão de outra forma, "não está aí a minha assinatura", dizendo por fim que iria reunir com a equipa. O que inicialmente se pretendia eram dois dias de consultas, mas no final já só estavam a mendigar uma manhã ou uma tarde. Terminando disse que 48 horas antes da reunião recebeu uma mensagem passando a ler um excerto da mesma: "Chegou a hora de cada um assumir as suas responsabilidades quanto à questão do médico vir ou não vir para o Alqueidão. Soube contudo de um facto que me deixa apreensivo. Autarcas do Alqueidão e Mendiga, continuam a teimar que querem a porta do posto médico aberta e com médico. Sei que ela aceitou vir para a USF Aire e Candeeiros, (a Drª Oxana) e tratar dos pacientes do Alqueidão, desde que ficasse a trabalhar na sede, facto que mudando, tem como consequência a saída da Drª Oxana para outra USF. Apesar disto, os Presidentes destas Juntas de Freguesias insistem em manter as portas dos seus polos abertas. Desculpem, mas lamento que os supostos interesses das freguesias de Alqueidão da Serra e Mendiga, interpretados pelos respetivos Presidentes de Junta, sejam contrários aos interesses dos doentes. Os Presidentes das Juntas, estão objetivamente a afugentar os médicos dos doentes que era suposto protegerem, criando apenas dificuldades. Desde a fundação da nossa associação que dizemos "com a saúde não se brinca", mas parece que estes autarcas andam mesmo a brincar com a saúde de todos aqueles que, como eu, são doentes crónicos e precisam acima de tudo, ver garantidas as suas consultas. Caro Presidente da Junta de Alqueidão da Serra, acrescento apenas que, como doente crónico, e como Presidente da Associação de Utentes, conto com o seu bom senso para não estragar o que está a ser feito e conto também com a tua boa vontade para ajudar noutras situações." Disse que fica triste e que não sabe o que responder a uma associação que foi criada para defender os nossos interesses, perguntando em que é que ficamos. Até já um seu freguês lhe veio dizer que "a Drª Oxana só não vai para o Alqueidão da Serra porque o senhor Presidente da Câmara não deixa. " Terminando, continuou a dizer que a senhora Drª Ana ia reunir com a equipa, para ver se podia lá ir a tal manhazinha, mas que isso não é satisfatório nem para os fregueses de Alqueidão da Serra nem para os da Mendiga.....

-----**Luís Miguel Louro Ferraria (PS) – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que queria fazer um

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reparo relativamente a detritos que demoraram mais de um mês a serem retirados, na sua freguesia, e também queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara quando é que se iniciam as obras de alcatroamento de S. Bento a Telhados Grandes. Disse ainda que queria dar os parabéns à Câmara e ao senhor Vereador, pelas obras realizadas na escola de S. Bento. Por fim, agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, pela iniciativa que tomou.-----

-----**Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Deputada Não Inscrita):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria começar por responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire sobre o barracão que referiu dizendo que o mesmo irá brevemente mudar de proprietário e que o novo proprietário certamente irá fazer uma limpeza que poderá melhorar a situação. Disse depois que vem aqui deixar uma grande preocupação no que se refere à situação do Serviço de Finanças de Porto de Mós. Como é sabido este serviço trabalhava até há pouco tempo, com dez funcionários. Alguns destes aposentaram-se, alguns faleceram e neste momento o serviço está a meio gás. Ali trabalham apenas quatro funcionários, sendo que cada um deles desempenha uma função e chegados ao período de férias, há serviços que vão ter que fechar, pois não há ninguém que os substitua. Disse saber que não é da competência do executivo o recrutamento de funcionários, mas do Ministério das Finanças. Acrescentou que já fez um pedido à Ministra da Juventude e Modernização, por e-mail, a pedir que faça alguma coisa porque senão iremos ver o concelho perder o Serviço de Finanças, dizendo-se já nos bastidores que passaremos para a Loja do Cidadão da Batalha, o que não seria bom para ninguém, pedindo ao Município que intercedesse para evitar este desfecho anunciado. Terminando disse que queria perguntar se está previsto saírem em breve os resultados do concurso para os dez assistentes operacionais para a área da educação. Congratulou-se também pela conclusão da obra da Casa dos Calados. Também o financiamento da Escola Secundária de Porto de Mós, que finalmente vai poder fazer as obras tão necessárias para a sua reabilitação. Por fim, convidou todos para irem à Lagoa com Vida, evento que se realiza este fim-de-semana na Lagoa do Arrimal, organizada pela Junta de Freguesia de Arrimal e Mendiga.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, cumprimentou todos os presentes. Congratulou-se depois pelo início das obras de substituição dos canos de água em fibrocimento em Alqueidão da Serra, obra que a população vai agradecer. Na reunião descentralizada que a Câmara fez, no dia 2 de maio, em Alqueidão da Serra, não pode estar presente por motivos profissionais e seria porventura o lugar certo para falar e agradecer ao senhor Presidente da Câmara, o facto de ter deixado a Junta de Freguesia, comandar o negócio da Parque Eólico. Neste sentido, aproveitou para, publicamente, elogiar o bom trabalho e consequentemente o bom negócio que a Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, na pessoa do senhor Presidente, Filipe

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Batista, conseguiram e fizeram. A freguesia, em sua opinião, deve esse reconhecimento. No fim do negócio estar feito e da obra estar feita, é fácil dizer que fariam melhor. Na sua opinião, poucos ou ninguém faria melhor. Mas seria também muito injusto, esquecer e não reconhecer, o facto de a Câmara ter deixado que fosse a Junta a comandar este negócio. Ao fazê-lo, abdicou de uma percentagem que podia receber. Outros Presidentes, no passado, teimosamente, mantiveram-se intransigentes, prejudicando a sua freguesia que é Alqueidão da Serra. A política faz-se, não só de promessas, mas também, principalmente, cumprindo-se o que se prometeu. *“Senhor Presidente Jorge Vala, o senhor cumpriu, e em nome do Alqueidão da Serra, eu reconheço e agradeço. Muito obrigado.”*-----

-----**Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que da análise que tem feito, tem verificado que tem uma máquina montada em *marketing* e *show off*, que é das mais completas que há. E se Câmara estivesse a funcionar tão bem como está a esse nível, estaria excelente, gostando quanto é que a Câmara gasta com essa máquina que tem montada. Falando depois sobre a Casa dos Calados, disse que o senhor Presidente da Câmara tinha ignorado o Juncal e a Junta de Freguesia. Referiu que o senhor Presidente da Câmara já tinha dito que a Junta de Freguesia não estava no protocolo, e para si, não estava no protocolo porque é de outra cor política, porque senão até estava. Depois, ignorou o Juncal, porque tendo feito uma grande obra no Juncal, o seu nome é Real Fábrica de Porto de Mós. Referiu depois que há uns anos atrás, o, na altura senhor deputado António Ferraria, quando vinha para as Assembleias, falava dos problemas das estradas e outros referentes à sua terra e hoje em dia, o único que fala, é o Joaquim Santiago, porque para os restantes, parece que está tudo maravilhoso. Passou depois a elencar uma serie de situações no Juncal que seriam resolvidas e que continuam na mesma, a saber, os sinais de transito, a falta de iluminação nas rotundas, o parque verde que está muito degradado, o pavilhão do Juncal que também carece de manutenção, e que acolhe trezentos e sessenta atletas. Fez ainda menção às condições em que se encontra o pavilhão de Porto de Mós, dizendo que foi ali assistir a um jogo e que chovia dentro do ringue, tendo o jogo sido interrompido mais do que uma vez. Referiu depois o terreno que a Câmara comprou na Rua de Baixo, no Juncal, perguntando se existe para ali algum projeto, porque três anos volvidos, encontra-se exatamente na mesma. Perguntou ainda se a Câmara já comprou o terreno para a execução do novo polo escolar do Juncal.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo também um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós. Começou por falar sobre a Casa dos Calados, que finalmente foi inaugurada,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo o Juncal ficado mais rico com aquela obra. Passou depois a falar sobre o Hotel de Porto de Mós, dizendo que já lá vão mais de vinte anos em que ele, e os restantes elementos da Assembleia Municipal de então, vieram a Porto de Mós para aprovar uma alteração ao Plano de Pormenor da Várzea, de modo a que fosse possível a construção de um hotel, que teria que estar concluído até ao Euro 2004. Este terminou, e outros se realizaram, e a obra do hotel permaneceu ao longo destes anos envolto em polémicas e incertezas. Desde a paragem da obra, passando pela saída do promotor e sucessivas substituições, muitas delas sem saber porquê nem para quê, a fazer lembrar o sebastianismo com a chegada de salvadores de projetos, vindos não se sabe de onde, até à possibilidade de a Câmara Municipal fazer a reversão do terreno, chegando até à venda em hasta pública do imóvel em construção, e também da opinião pública de que o imóvel deveria ser demolido, foram muitas as peripécias que foram abalando este hotel inacabado. Chegamos à entrada de Porto de Mós e dar-mo-nos com um autêntico mono, rodeado de painéis de segurança, completamente fora de contexto, envelhecidos e sem qualquer conservação, era um arrasadora boa vinda que Porto de Mós nos dava. Numa das últimas oportunidades em que a Câmara Municipal tentou para ultrapassar este grande imbróglio, cedeu alguns espaços circunvizinhos ao presente promotor. E eis que volvidos vinte anos, estamos a ver uma construção digna, alegre, bonita, que dá gosto ver e que passará a ser uma boa e bem apresentada entrada para Porto de Mós, para nós, habitantes do concelho e para os forasteiros que vêm visitar o nosso concelho. No fim, podemos dizer que mais vale tarde do que nunca e que valeu a pena.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que começa por felicitar a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelo prémio que esta Assembleia recebeu da ANAM, pelas boas práticas implementadas, sendo para todos um motivo de orgulho. Felicitou depois o Presidente da Junta de Freguesia pela nobreza do nome escolhido para este auditório, o que para si e para a sua bancada tem um particular significado. Sem falsas modéstias e com muito orgulho, disse que tem que felicitar a Câmara Municipal pelo notável investimento que tem conseguido realizar no concelho, em particular com a concretização do contrato para a requalificação do Centro de Saúde de Porto de Mós, e que são novecentos mil euros. Também o financiamento, assinado hoje, com o senhor Ministro da Coesão Social e o senhor Ministro da Educação, para a requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós, um financiamento superior a nove milhões de euros, uma quantia muito avultada para o concelho sendo para si, e para a sua bancada, um enorme regozijo, pois há muito tempo que essa requalificação poderia ter sido feita, em mandatos anteriores, tendo sido o senhor Presidente e este executivo que tiveram essa coragem e audácia, felicitando-o por isso. Perguntou depois se há uma data prevista para o início da obra. A obra da Casa dos Calados, foi uma obra prometida nos programas eleitorais dos vários partidos e sempre adiada. A coragem deste executivo e a realização dessa obra é sem dúvida uma mais-valia. Situando-se na freguesia

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Juncal, não deixa de ser do concelho de Porto de Mós, sendo por isso também motivo de grande orgulho. Referiu depois outro investimento estruturante para o concelho, o saneamento da Cumeira, Cruz da Léguas e Moitalina, obra também, com avultado investimento, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se tem uma data prevista para a sua conclusão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, começando pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, que falou sobre a questão da Saúde, com dois ficheiros e meio sem médico de família e com duas médicas a irem lá e que atendem em média, 20 utentes por semana. Trata-se de uma situação muito preocupante, mas é a realidade de existe, infelizmente. As conversas que tem tido com o Presidente da ULS, é que há a possibilidade de, pelo menos uma de três pessoas que poderão vir para Porto de Mós brevemente, uma vez que estão a terminar o internato, poderá ir para Mira de Aire. Não havendo um prazo certo, pensa que nos próximos um ou dois meses essa situação poderá estar resolvida, antes de ir ao concurso nacional, que é em setembro. Sobre a questão do armazém de resíduos, disse que se trata de um armazém privado, que tem contraordenações ao nível do ambiente, e nem a Câmara nem a GNR tem forma de atuar. É uma situação que está nas instancias competentes e logo que fique resolvida e que nos seja notificada, entrar-se-á então na propriedade privada, conforme já foi feito noutras situações. Sobre a questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, disse que esta é uma obra importante para o concelho conforme foi referido, havendo um projeto associado ao financiamento. Não se pode fazer da Casa o que se quer, a Casa é um acelerador de empresas, vai instalar empresas, vai trazer pessoas do mundo. Este é o propósito. Será sempre a Casa dos Calados, tendo um nome que se internacionalizou, porque este é o objetivo que está associado a uma candidatura, que nos fez receber um milhão e meio de euros. Pretende-se que aquela Casa traga vida ao Juncal e traga vida ao concelho de Porto de Mós e traga também uma nova filosofia de abordagem dos novos empresários. Sobre a questão do ato eleitoral, disse que de uma forma geral correu bem. Tivemos também o privilégio de poder contar com cerca de trinta pessoas com conhecimento na área de informática, prontos para a resolução de qualquer problema. Tivemos também a sensibilidade dos senhores Presidentes de Junta, que em conjunto com os partidos políticos escolheram pessoas mais jovens e com mais aptidão para trabalhar com a área de informática, e sobretudo, a tentativa de criar no processo eleitoral, um procedimento que caminhe também para a desmaterialização. Sobre a questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que não poderia estar mais de acordo, e enquanto for Presidente de Câmara, e que lhes peçam para encerrar estes dois postos, isso não acontecerá. Depois dessa reunião e na sequência do que a senhora Vereadora lhe transmitiu, tomou a diligência, em nome do Município, de fazer lembrar um acordo que existe com o Governo, que assumiu como bom e que o Governo, na parte que lhe toca, até aqui, cumpriu. Nós não podemos, como disse e bem, a tomar decisões ao sabor

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daqueles que não respeitam as suas hierarquias. Isto não pode ser de acordo com a vontade da USF, mas de acordo com a vontade da coordenação da ULS, que representa o Governo e na representação do Governo, tomaram como bom o protocolo assinado entre o Município, a ARS, na altura, e do Ministério da Saúde. O que está acordado é que as duas extensões de saúde continuam abertas com administrativo, eventualmente com enfermeiro e sempre que clinicamente seja necessário, com um médico. Não temos que mendigar, porque senão não teríamos acesso à saúde. O que foi assinado é para valer. É a responsabilidade do Município de Porto de Mós, em conjunto com o Governo de Portugal, responsabilidade da qual não abdica. Já o disse ao senhor Presidente da ULS, e não admite, que um qualquer funcionário venha dizer que "eu é que mando, porque não assinei". Era o que faltava, disse. Sabe perfeitamente que por vontade de alguns profissionais, este protocolo não tinha sido assinado assim. Mas também se sabe, que se não fosse assinado assim, o Município não receberia a Saúde. A delegação de competências está no Município porque houve um entendimento sério entre entidades, e não um qualquer profissional de saúde, por muito importante que ele seja. Concluindo disse que está completamente de acordo com o senhor Presidente de Junta e continuará a defender a abertura destas duas extensões de saúde, porque assinou um protocolo de boa-fé, e não há aqui, pelo menos no seu domínio, a possibilidade de aceitar, qualquer tipo de chantagem, neste processo. Se se pretende encerrar estas duas extensões de saúde, e se for preciso a assinatura do Presidente da Câmara, ela não acontecerá, e lutará até ao fim, para que este protocolo que assinou de boa-fé, seja honrado. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, disse, relativamente aos monos, não saber do que se trata, mas o que sabe é que alguns colegas estão a encontrar espaços para os colocar, passando depois a empresa para os recolher. É de facto um trabalho importante dos senhores Presidentes de Junta, incentivando a população a ir levar os monos a um determinado espaço, onde será depois feita a recolha pela empresa. Sobre as obras de alcatroamento, disse que o projeto está concluído, e encontrar-se-ão soluções para fazer esta obra até final do mandato, tal como se comprometeu. Relativamente à situação do Serviço de finanças, disse que desconhecia a falta de funcionários bem como desconhecia a possibilidade de ser transferido para a Batalha. Continuou dizendo que Porto de Mós desenvolveu esforços no sentido da criação de uma Loja do Cidadão. Encontrou-se o espaço, reuniu com a AMA, foi feito um projeto em conjunto com a AMA para instalar a Loja do Cidadão naquilo que é hoje a incubadora de empresas. O problema é que as Conservatórias, não aceitam sair de onde estão. Assim a AMA entende que não é possível avançar para uma Loja do Cidadão sem a Conservatória. Entretanto, irão avançar obras onde é hoje o Museu Municipal, para fazer um Espaço Cidadão diferente, com mais espaço e outro tipo de atendimento para os nossos cidadãos. Nessa altura, voltámos a questionar sobre a possibilidade de transformar aquele espaço, numa Loja do Cidadão. Não foi possível, porque a resposta é exatamente a mesma, sendo necessário que a Conservatória aceite vir, o que não acontece. Sobre a questão concurso que Sandra Sousa referiu, disse que este não acontece de um

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dia para o outro. São 297 candidatos e para fazer provas e para cumprir toda a tramitação até chegar à entrevista, não é fácil, nem simples e muito menos rápida. Quanto às obras da Escola Secundária, foi hoje assinado um protocolo de 9,3 milhões de euros. A partir de agora pode-se começar a fazer despesa. Das 23 escolas que vão ser apoiadas, das quase cem que apresentaram a candidatura ao PRR, a escola de Porto de Mos é das poucas que tem condições para contratar. O processo está concluído a ponto de se poder adjudicar. Foi aberto um concurso em tempo, que teve dois concorrentes que se enquadram dentro do valor base e partir de hoje há condições para se poder contratar porque já há financiamento. Havendo esta resposta, disse esperar que na próxima reunião de Câmara se possa levar o pedido de autorização para a contratação e para tudo aquilo que é a tramitação normal, para ver se se consegue entrar em obra até final de setembro, princípio de outubro. Trata-se de uma obra urgente e muito complexa, tendo-se optado aqui, por a realizar de forma evolutiva. Foi concertado com o Agrupamento de Escolas e com a DGEstE, e é possível fazê-lo. E portanto, vai ter que se compatibilizar obras com alunos e com aulas. Por isso é uma obra um pouco mais complexa e que tem que estar concluída em 30 de junho de 2026, tendo ainda hoje o senhor Ministro dito, que se eventualmente não se conseguir, o dinheiro é transferido para outras escolas. A Félix dos Reis, agradeceu as suas palavras dizendo que a substituição das condutas de fibrocimento vai resultar também no ajustamento de saneamento básico, águas pluviais e depois a necessária pavimentação, que irá melhorar substancialmente todo aquele troço. Sobre a questão do parque eólico, foi seu compromisso, ainda em 2017, que estaria disponível para entregar às Juntas de Freguesia os valores que a Câmara recebia, e portanto foi o que fez. Sobre as questões colocadas pelo senhor Joaquim Santiago disse que uma coisa é o senhor dizer mal e outra coisa é entrar num campo, que não lhe admite. Disse que trata os Presidentes de Junta, ao contrário do que aconteceu no passado, todos, da mesma forma. E são eles que o dizem, e não o senhor Joaquim Santiago. Disse que sabe que este gostaria de mandar no Presidente da Junta, mas não manda. O senhor Joaquim Santiago, como não tem mais nada para dizer de mal, vem ofender, o que de todo não lhe admite. Disse ainda que os Presidentes de Junta, reúnem mensalmente com o Presidente da Câmara e com os restantes vereadores, para transmitir as suas preocupações, e para a Câmara lhe transmitir aquilo que vai sendo feito, de uma forma aberta e completamente escrutinada por todos. Não há aqui negócios por debaixo da mesa. O Presidente da Câmara quer tratar disto com transparência e com lealdade. Disse que respeita muito os senhores Presidentes de Junta, como provavelmente nunca se respeitou antes. *“O que acontece, nas intervenções que o senhor faz, disse dirigindo-se a Joaquim Santiago, e hoje ficou mais uma vez provado, é que o senhor não gosta que as coisas corram bem a este executivo, precisamente por aquilo que disse, porque este executivo não é da sua cor, porque se este executivo fosse da sua cor, tenho a certeza que o senhor estava aqui de bandeira a elogiar o Presidente da Câmara. Mas este Presidente de Câmara não precisa dos seus elogios. Eu até fico contente com algumas das coisas que o senhor diz. Porque o senhor vai ao encontro daquilo que é*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o verdadeiro Velho do Restelo. Para si, obra é alcatrão. Para mim e para o meu executivo, obra não é alcatrão. Obra é garantir o futuro da população. E é por isso que estamos a tentar garantir o futuro da população. O senhor é da Cumeira, e faz-me impressão ignorar, em sessões seguidas, o saneamento da Cumeira. É uma obra fundamental, estratégica, para o bem-estar daquelas populações. A sustentabilidade ambiental. O senhor só apontou o dedo ao Presidente da Câmara enquanto não se fez, porque achava que nunca se ia fazer. Mas o saneamento está em curso, e bem, e vai terminar até final do ano. Vamos continuar a fazer e vamos manter-nos dentro do possível. O pavilhão está assim porque não houve manutenção antes e o de Porto de Mós é igual. No de Porto de Mós, de facto chove lá dentro. Já chovia em 2017. Conseguiu-se pôr isto na empreitada da Escola Secundária. Vamos lá gastar dinheiro? Estão lá trezentos mil euros na empreitada que vão ser comparticipados a cem por cento. Vamos lá gastar dinheiro? Acho que não vale a pena. No pavilhão do Juncal, vamos, com certeza, fazer intervenção. O pavilhão do Juncal vai ficar associado ao Centro Escolar do Juncal. Esse é outro problema que o senhor tem. O terreno não está comprado, mas já foi a reunião de Câmara e há um compromisso. Estamos a trabalhar, vamos apresentar um estudo para o projeto, dentro de dias e portanto estamos a trabalhar para fazer o projeto e para, mais uma vez, o senhor deixar de falar naquilo que nós vamos fazer. O senhor fala no que não fazemos e nós vamos fazendo para deixar de falar. É o nosso grande objetivo. O terreno que comprámos para o suposto parque de estacionamento, terá o seu projeto a seu tempo. O senhor vai observar o projeto e depois vamos concretizar a obra tal como nos comprometemos fazer, e volto outra vez a dizer, o senhor só fala no que não se faz, porque quando se faz, o senhor deixa de falar. Eu gosto de o ouvir, e portanto vou continuar a prometer algumas coisas que é para o continuar a ouvir. Devo dizer-lhe, senhor Joaquim Santiago, e digo isto muito à vontade, neste mandato, a freguesia do Juncal, tem mais investimento do que nunca. Portanto, se tem mais investimento do que nunca, e se é a única pessoa da freguesia que está descontente, porque falo com o executivo da Junta e não estão descontentes. Naturalmente, que, como os dez Presidentes de Junta, todos ambicionam que se faça mais. Mas não estão descontentes ao ponto que o senhor está aqui, com "azia". Hoje até falou em nome do Presidente da Junta do Juncal, que até falou antes de si, e ele se quisesse falar daquilo que o senhor falou, teria falado. Porque eu, como já aconteceu no passado, não persigo as pessoas e portanto estamos tranquilos. Sobre a questão do nome, já falei há pouco, e só mesmo quem é Velho do Restelo, e quem só pensa no passado, é que implica com o nome. Volto a dizer, a Casa dos Calados não tem rodas. Fica lá. E fica lá para benefício da população do Juncal e do concelho de Porto de Mós. E quero dizer-lhe só para terminar, a Casa dos Calados, por sua vontade e de mais meia dúzia, hoje seria um parque de estacionamento. E portanto não me venha dizer que a Casa dos Calados é isto ou é aquilo. A Casa dos Calados está reabilitada, tem uma exposição do Juncal, que tem lá o nome do Juncal, a porta de entrada da exposição, tem "A Maneira do Juncal", é assim que se chama, foi a designação que lhe demos e se nós quisermos, vamos chamar-lhe

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*sempre Casa dos Calados. E o que é que isso importa, se daqui a meia dúzia de meses pudermos dizer que a Casa dos Calados é uma casa com vida, com atividade e que está a trazer uma nova dinâmica para o Juncal. Eu acho que é uma minudência para a importância que tem."* Sobre a questão do hotel colocada pelo senhor Luis Almeida, disse que este seria inaugurado nos próximos meses, estando em fase de conclusão. Trata-se de uma importante para o concelho de Porto de Mós, sobretudo porque integra a estratégia que foi definida, já há sete anos atrás, e que assenta também no turismo de natureza, no turismo ativo, e este projeto só é possível ser bem-sucedido no final, se houver resposta por parte de um hotel dedicado ao turismo de natureza e turismo ativo, um hotel de especialidade, que de alguma forma irá responder a estas necessidades e que irá para cá trazer gente, uma nova dimensão de públicos que até agora não temos. Sobre a questão colocada por Olga Silvestre, referiu que para a Escola Secundária são 9,3 milhões de euros, em 23 escolas em cerca de 100. Pelo índice de classificação foi a terceira escola a ser escolhida, destas 23. A equipa que fez a candidatura está de parabéns, porque trabalhou no sentido de se poder ter uma escola sem dúvidas, como algumas ainda estão. A data prevista para o início das obras, como já disse, será no final de setembro, início de outubro e a previsão da conclusão do saneamento da Cumeira, sem pavimentações, adiantando que já teve uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, não sendo possível, sobretudo na zona da Moitalina e Cruz da Légua, pavimentar a totalidade, sem garantia do empreiteiro, de que não há abatimentos, pelo que se terá que esperar algum tempo, para fazer a pavimentação total da Estrada Nacional nº 8. Eventualmente será feita por troços. Ainda esta semana foram colocadas cerca de cem toneladas de massas para minimizar o impacto que tem aquele troço.-----

### -----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

#### -----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a dar algumas informações, nomeadamente no que se refere à representação desta Assembleia, na sua pessoa, junto de entidades que lhes enviaram alguns convites. Continuou dizendo que este ano teve lugar o Congresso da ANAM, em Barcelos, que teve como objetivo refletir e debater o papel dos municípios e da juventude na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Foi um Congresso onde se dignificou o papel das Assembleias Municipais através das intervenções ocorridas, em que se falou em todas as atividades que várias Assembleias Municipais vão desenvolvendo a nível nacional. Este Congresso teve início na sexta-feira à tarde, com a entrega dos prémios de boas práticas nas Assembleias Municipais. Este ano foram distinguidas com este prémio, a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, Ílhavo, Lagoa, Lagos, Lamego, Lourinhã, Mafra, Ourém e Porto de Mós, tendo ficado muito satisfeita com esta distinção. Agradeceu a todos os presentes, porque este é um prémio de toda a Assembleia, agradecendo ainda às líderes de bancada e deputada não inscrita, por toda a colaboração dada na implementação dessas boas práticas nesta Assembleia Municipal.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agradeceu ainda a todos os Presidentes de Junta de Freguesia bem como ao restante executivo, pela colaboração dada a esta Assembleia Municipal. Por fim, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara por toda a colaboração dada a este Assembleia Municipal e pelos convites que sempre faz à Assembleia Municipal para se fazer representar em todos os eventos municipais. Propôs depois à Assembleia Municipal que se guardasse um minuto de silêncio em homenagem ao do pai do senhor Vereador Marco Lopes, senhor Augusto dos Santos Lopes, e à senhora Patrícia Marques, funcionária da Câmara Municipal de Porto de Mós, falecidos recentemente. Posta a votação esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade, guardando-se de seguida um minuto de silêncio.-----

### -----2. Concessão de estabelecimento comercial de Snack-bar designado por docas 2, no Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo - Proposta;-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse que tem havido manifestações de interesse em se ocuparem os espaços que estão disponíveis no Parque Verde e que se designam por Docas 2. Nessa conformidade foi lançado o procedimento, cuja informação foi presente a reunião de Câmara de 13.06.2024, e que a seguir se transcreve:-----

-----“No ano de 2014 o Município de Porto de Mós lançou procedimento e procedeu à concessão dos espaços supra referenciados. Por razões diversas tais espaços estiverem em atividade num período considerado reduzido, tendo ali já funcionado alguns serviços do Município e até de associações, no entanto nesta data estão devolutos. -----

-----Os espaços públicos constituem elementos estruturantes da vida local, visto que desempenham uma função produtiva de interesse coletivo pelo tipo de atividades que proporcionam na salvaguarda dos interesses próprios das populações. -----

-----Assim, o Município pretende dinamizar o espaço supra identificado para atividades de restauração e bebidas de modo a aglutinar naquele parque urbano atividades que sejam geradoras de nova centralidade na vila, aliadas ao lazer e com a oferta de atividades diversificadas em termos de turismo associado à gastronomia.-----

-----Tendo em conta o referido nos parágrafos anteriores e na prossecução das atribuições que estão cometidas aos Municípios previstas no artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, é objetivo deste Município proceder à concessão do espaço público para a exploração das instalações em epígrafe. -----

-----Pelo que, submete se à consideração do executivo Municipal a seguinte proposta:-----

#### -----1. Identificação do Concurso -----

-----1.1. Concurso Público para a concessão da exploração de estabelecimento comercial de Snack-Bar ou similar, sito no Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo, S/N, sito na Vila, Freguesia e Concelho de Porto de Mós, com área de 82,92 m<sup>2</sup> e 356,47 m<sup>2</sup> e de esplanada aberta, omissa na Conservatória do Registo Predial, por um período de 3 anos ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

16.º, da alínea a) do n.º 1 do art.º 21 e do n.º 1 do art.º 31.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante e abreviadamente designado por CCP; -----

-----2. Renda -----

-----2.1. O preço mínimo mensal da renda nos três primeiros anos será de 300,00€ (trezentos euros), que corresponde a 100,00 € (cem euros) por cada uma das frações, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não sendo aceites propostas de valor inferior; -----

-----2.2. Nos anos 4.º ao 15.º, o valor da renda será atualizado anualmente em função do coeficiente apurado pelo Instituto Nacional de Estatística, para as rendas dos estabelecimentos comerciais; -----

-----3. Escolha do tipo de procedimento -----

-----De acordo da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e do n.º 1 do art.º 31.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação – CCP, o tipo de procedimento adotado é o Concurso Público, em conformidade com os artigos 130.º a 139.º do mesmo diploma. -----

-----4. Entidade Adjudicante -----

-----A entidade adjudicante é o Município de Porto de Mós, sito na Praça da República Porto de Mós, com contacto telefónico 244- 499600 e com sítio na internet em [www.municipio.portodemos.pt](http://www.municipio.portodemos.pt). -----

-----5. Prazo de Concessão e sua renovação -----

-----5.1. O prazo da concessão é de 3 anos a contar da data da assinatura do contrato, eventualmente renovado, até ao limite de 15 anos, podendo nesse período ser denunciado, a todo o tempo, por qualquer das partes, por motivos devidamente justificados, desde que comunicado com antecedência mínima de 60 dias por carta registada com aviso de receção. -----

-----5.2. Se não houver denúncia nos termos do número anterior, considera-se o contrato automaticamente renovado por um período de mais três anos, até um limite máximo 4 renovações. -----

-----6. Período de Funcionamento -----

-----O horário de funcionamento do estabelecimento comercial será definido pelo concessionário dentro do período estabelecido no regulamento municipal, das 8h00 às 02h00, podendo ser alargado até às 4h00, em dias festivos e após proposta do concessionário e aprovação da Câmara Municipal. -----

-----7. Habilitações dos Candidatos -----

-----7.1. Podem candidatar- de pessoas coletivas ou singulares, legalmente habilitadas para o exercício da atividade de “cafés” ou “pastelarias” e “casas de chá” estabelecimento de bebidas, com CAE 56301 e 56303, 5540, respetivamente, ou outros afins dos referido, ou que declarem sob compromisso de honra, que caso a concessão lhe venha a ser atribuída se registarão nesta atividade. -----

-----7.2. Não podendo, no entanto ser outorgado o contrato sem a prova de tal registo de atividade. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----8. Equipamento e obras-----

-----8.1. A entidade adjudicante apenas fornece o equipamento existente no local que constará em documento anexo ao caderno de encargos a elaborar para este procedimento. -----

-----8.2. O equipamento disponibilizado deverá ser mantido em perfeito estado de limpeza, conservação e funcionamento pelo concessionário. -----

-----8.3. O restante equipamento, incluindo o equipamento da esplanada em espaço aberto, copa e outros fica a cargo do concessionário, cujo modelo e qualidade dever ser contemplado na proposta em análise. -----

-----8.4. Todas as obras de adaptação dos espaços à atividade a desenvolver são da responsabilidade do concessionário, devendo as mesmas serem autorizadas pela Câmara Municipal, revertendo as benfeitorias a favor do Município, sem direito a qualquer indemnização no final da concessão. -----

-----9. Caução -----

-----É exigível a prestação da caução, nos termos do n.º 3 do artigo 89.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação – CCP. -----

-----10. Critério de adjudicação para Concessão -----

-----10.1. As propostas dos concorrentes serão analisadas e avaliadas tendo em vista a apreciação do mérito absoluto das propostas individualmente consideradas, em ordem a verificar em que medida cada uma dá resposta aos critérios de análise, sendo posteriormente hierarquizadas por ordem decrescente de mérito; -----

-----10.2. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, ponderando os seguintes fatores, por ordem decrescente de importância: -----

-----10.2.1. Qualidade do projeto de estratégia hoteleira (Qualidade dos serviços a oferecer); Organização/Decoração dos espaços/qualidade do equipamento a instalar .....40%-----

-----10.2.2. Renda mensal proposta .....30%-----

-----10.2.3. Equipa a afetar à exploração do estabelecimento, com qualificação profissional comprovada no ramo da restauração, incluindo os responsáveis pela gestão e exploração do estabelecimento .....40% -----

-----10.3. A classificação final de cada proposta é obtida através da aplicação da seguinte fórmula: -----

----- $C_{fp} = 0,40 \times Q_p + 0,30 \times R_{mp} + E_q \times 0,30$ , onde: -----

----- $C_{fp}$  Classificação final da proposta; -----

----- $Q_p$  Qualidade do projeto de estratégia hoteleira; -----

----- $R_{mp}$  Renda mensal proposta; -----

----- $E_q$  Equipa a afetar à exploração do estabelecimento. -----

-----O critério de adjudicação é da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, tendo em atenção os critérios referidos no n.º 2 do presente artigo, cujo

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

modelo de avaliação aplicável é o seguinte: -----

-----• No que respeita ao critério / fator - "renda mensal proposta" e dado tratar-se de uma análise puramente matemática irá utilizar-se a seguinte fórmula:-----

----- $Rmp = 5 * (Renda\ mensal\ proposta / Renda\ mais\ alta\ proposta) \times 0.3$ -----

-----• No que respeita ao critério / fator - qualidade do projeto de estratégia hoteleira -----

-----*(Qualidade dos serviços a oferecer) - Organização/Decoração dos espaços/qualidade do equipamento a instalar, o Júri procederá à análise das propostas, classificando-as numa escala de 1 a 5, tendo em atenção o projeto de estratégia hoteleira apresentado. -----*

-----• No que respeita ao critério / fator - equipa a afetar à exploração do estabelecimento, com qualificação profissional comprovada no ramo da restauração, incluindo os responsáveis pela gestão e exploração do estabelecimento, o Júri procederá à análise das propostas, classificando-as numa escala de 1 a 5, tendo em atenção a proposta apresentada no que se refere à equipa proposta, ao responsável e qualificações profissionais dos mesmos. -----

-----Em caso de empate na classificação para proposta economicamente mais vantajosa, a adjudicação será efetuada ao concorrente que: -----

-----1.º Apresentar o valor de renda mensal mais elevado; -----

-----2.º Caso se mantenha o empate será através de sorteio entre as propostas. -----

-----11. Outras condições -----

-----É da responsabilidade do concessionário a gestão e manutenção das instalações sanitárias contíguas ao espaço objeto do presente procedimento, nomeadamente, abrir e fechar, bem assim como, efetuar a limpeza das mesmas, cujo horário de funcionamento deve ser igual ao horário do estabelecimento de restauração. -----

-----11. Nomeação do Júri -----

-----Tornando se necessário, nos termos dos art.º 67.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, proceder à nomeação do Júri a quem compete a realização de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição: -----

-----Membros efetivos: -----

-----Presidente: Rogério Nunes, Chefe de Divisão de Administração Geral e Financeira;-----

-----1.º Vogal: Ester Maria Assis Macedo Vieira, Chefe de Divisão de Gestão urbanística e Territorial; -----

-----2.º Vogal: Marco Aurélio Carreira Amaro, Técnico Superior. -----

-----Membros suplentes: -----

-----1.º Vogal: Vânia Matos Batista, Técnica Superior;-----

-----2.º Vogal: Marina do Carmo Carreira, Técnica Superior. -----

-----Face a tudo o exposto anteriormente, proponho: -----

-----Possas a Câmara Municipal aprovar esta proposta, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e submeter à

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Assembleia Municipal para que este órgão autorize a Câmara Municipal a celebrar o contrato de concessão e fixar as respetivas condições gerais, conforme competências previstas na alínea p) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei supra mencionada." -----*

*-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----*

*-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que " O progresso e o desenvolvimento, faz-se com grandes projetos e grandes obras. Este tem sido o foco deste executivo, sem descurar as questões essenciais nas determinadas áreas e sempre focado nas pessoas. Por vezes, não basta fazer grandes obras, criar as condições e depois esquecer a sua manutenção, ou deixar ao abandono. É necessário passar à ação e pôr em prática o objetivo para que foram pensados. Este executivo tem obras marcantes que se propôs executar, tendo assumido esse compromisso com os portomosenses, mesmo que por vezes considere um grande desafio, sem saber se serão ou não financiados, pois os orçamentos não suportam tais investimentos, mas com muita determinação e resiliência, vai conseguindo os grandes objetivos, acreditando sempre. A última, como já foi referido aqui, foi a Casa dos Calados, inaugurada há uma semana, que considero um bom projeto para o Juncal e para o concelho. Mas temos aqui um bom exemplo no ponto que está em discussão neste momento, que é o projeto Docas. O Município cria as condições físicas, antecipa o investimento, mas depois falta a forma de o colocar em prática, sendo que passa sempre pela iniciativa privada. Tem que haver visão de negócio e as pessoas certas para o desenvolver. Este local é magnífico. Merece encontrar alguém que queira ali desenvolver uma atividade e que queira cuidar dele. Porto de Mós é uma boa terra. Tem uma forte procura. Estão proporcionadas as condições para que as pessoas se sintam bem e gostem de cá viver. Mas falta uma coisa essencial neste momento, que é a habitação. Temos que fazer todos os esforços e mais alguns, para proporcionar o investimento em habitação. As pessoas vêm, procuram e se não há, vão embora para outras zonas. Temos de inverter este sentido. Temos procura, mas não temos oferta para fixar pessoas. Isto é uma preocupação. Também, antes de terminar, e também já foi referido várias vezes, queria agradecer de uma forma especial e particular, e dar os parabéns ao senhor Presidente Manuel Barroso e ao seu executivo, pela merecida homenagem que foi feita ao nosso amigo e saudoso José Gomes, pela atribuição do seu nome a este auditório, que muito significado tinha para ele. Ele foi um dos pilares importantes desta casa, deste edifício onde nos encontramos que trouxe dignidade à freguesia de Porto de Mós e a toda esta zona histórica. Por isso, obrigado senhor Presidente, e um grande obrigado ao meu amigo Zé Gomes, que estará muito orgulhoso por tudo o que fez por nós e por esta casa. Obrigado".-----*

*-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----*

*-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente ao ponto que está em discussão, disse que tinha uma questão*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

para colocar, e conhecendo bem o espaço, sabe da dificuldade que foi encontrar negócios que pudessem progredir naquele local e a junção dos três espaços pode facilitar essa situação, perguntando se está prevista a união física dos três espaços, o que poderia contribuir para facilitar o desenvolvimento dos negócios que se pretendem levar a cabo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes. Respondendo a Gabriel Vala sobre a questão da habitação, disse que esta terá que ser de iniciativa privada. Tentar-se-á, na Várzea, com a abertura da Avª Dr. Adelino Reis dos Santos, potenciar a construção. Deu conta de alguns projetos já aprovados na Câmara Municipal, que contribuirão para o aumento da oferta no concelho. Sobre a questão colocada por Rita Cerejeiro disse que se irá avançar com os três espaços e que tanto quanto se sabe, é que as infraestruturas estão na parede de ligação. Havendo essa dificuldade, terá que ser ponderado se é possível ou não é, sob o ponto de vista técnico, mas à partida não está previsto que o Município faça esse investimento.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -  
**2. Concessão de estabelecimento comercial de Snack-bar designado por docas 2, no Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo – Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. 2ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024 - Proposta;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse que este assunto vem aqui pela necessidade de se consolidarem algumas situações de forma a poder dar-se resposta à gestão de alguns espaços. Nessa conformidade foi lançado o procedimento, cuja informação foi presente a reunião de Câmara de 13.06.2024, e que a seguir se transcreve:-----

-----“1. Considerando que:-----

-----a) O mapa de pessoal do Município de Porto de Mós para o ano de 2024 foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 15/12/2023 sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião realizada no dia 29/11/2023;-----

-----b) Em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 23/02/2024, sob proposta da Câmara Municipal em reunião realizada no dia 08/02/2024, foi deliberado aprovar a 1.ª alteração a este documento de estratégia Municipal de recursos humanos, essencialmente com o objetivo de adaptar à nova estrutura orgânica entrada em vigor e que havia sido aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 15/12/2023 e publicada no D.R. em 26/01/2024;-----

-----c) Se vem confirmando uma tendência para a manutenção do número de postos de trabalho ocupados previstos no mapa de pessoal e, também, nos postos de trabalho não

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ocupados; -----

-----d) Cada vez mais se vislumbra no horizonte temporal, a transferência de mais atribuições e competências da administração central para a local, em diversas áreas de atuação, e que, gradualmente, é observável um acréscimo de situações nas autarquias locais, que obrigam a uma intervenção e resolução rápida e célere, tendo em conta a proximidade com os munícipes, bem assim com o aumento de atividade nas áreas já detidas pelo Município e que é necessário permanentemente alavancar; -----

-----e) Nos termos do disposto no n.º 2 e n.º 3 do artigo 28.º, conjugados com o n.º 4 do artigo 29.º, ambos da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), que constitui o anexo I à Lei n.º 35/2014, de 20 de julho, alterada, o mapa de pessoal do Município de Porto de Mós (e os perfis de competências que constituem o seu anexo) integraram o Orçamento Municipal para 2024, aprovado pelas deliberações dos órgãos competentes acima referenciados; -----

-----f) O n.º 5 do artigo 29.º da LTFP prevê a existência de alterações ao mapa de pessoal mesmo que impliquem aumento de postos de trabalho, no entanto, as mesmas carecem de «autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças»;-----

-----g) Na leitura do artigo parcialmente transcrito na alínea anterior, deverá ter-se em conta o âmbito de aplicação da LTFP, nomeadamente, o disposto no n.º 2 do seu artigo 1.º onde é referido que aquela lei é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração autárquica; -----

-----h) A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atualizada, confere competência à Assembleia Municipal para aprovar, manter ou alterar o mapa de pessoal; -----

-----2. Deste modo, tendo em conta as considerações anteriores, e analisadas as necessidades mais urgentes, com o objetivo de dotar o mapa de pessoal com os postos de trabalho necessários ao normal funcionamento dos serviços municipais, e dando cumprimento ao princípio da boa administração, proponho a criação dos seguintes postos de trabalho, conforme mapa em anexo a esta proposta que dela faz parte integrante: -----

-----a) 1 Postos de trabalho para lugar de Técnico Superior por tempo indeterminado, na área de formação académico de História, para alocar aos serviços de património cultural, turismo e arquivo histórico; -----

-----b) 2 Postos de trabalho de Técnico Superior por tempo determinado, na área de formação de desporto e áreas afins, para afetar á atividade de desporto e instalações desportivas municipais;-----

-----c) 1 Postos de trabalho de assistente operacional por tempo determinado, para afetar a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalações desportivas e culturais do Município. -----

-----3. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 209/2009, no que se refere à orçamentação e à gestão de despesas com pessoal, encontram-se previstas as verbas destinadas a suportar os encargos a que se refere o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, designadamente com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal, encargo contemplado na dotação atualmente disponível. ----

-----Em face do atrás aludido proponho: -----

-----a) A 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano de 2024, com a criação dos lugares referenciados em 2) a), b), e c); -----

-----b) Em caso de aprovação desta proposta, submete-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, e 12 de setembro, na sua atual redação, e com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, também na sua atual redação.”-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Sobre esta questão, disse que ultimamente tem havido alterações ao mapa de pessoal devido às transferências de competências que o Município tem recebido. O Município tem assim sido dotado de profissionais mais qualificados o que é sempre de louvar, pelo que a sua bancada irá votar a favor desta alteração.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que apesar da descentralização, tem havido muito cuidado, porque o aumento do custo dos recursos humanos, não tem sido nivelado com as transferências do Estado, e portanto o aumento da despesa com recursos humanos, contribui para o aumento da despesa corrente, e não havendo compensação, cada vez a margem é mais pequena para libertar despesa corrente para fazer investimento.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -  
**3. 2ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024 - Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**4. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo de Porto de Mós – Proposta;** -----

-----Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara referiu que este foi um documento que foi muito discutido dentro desta área do desporto, agradecendo desde já a Júlio Vieira e ao Dr. António Carvalho, os contributos, que deram para a elaboração deste projeto. O Conselho Municipal de Desporto, depois de alargada discussão, votou-o por unanimidade. Na discussão

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pública, não houve participações, porque o trabalho tinha sido feito antes, e finalmente foi aprovado em reunião de Câmara e hoje está aqui igualmente para aprovação, para que possa ser publicado em Diário da Republica. Passou depois a destacar alguns aspetos que considera mais relevantes.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, passou a fazer uma resenha sobre o panorama dos apoios desportivos a nível nacional. Continuou dizendo que considera que este regulamento pode dizer-se, bem classificado, principalmente no que toca ao apoio da fase regular e à fase de desenvolvimento. Elogiou ainda o facto de se introduzirem algumas majorações relativamente ao desporto feminino e ao desporto adaptado, dizendo que tudo isso são boas notícias. E se se compararem estas notícias com as de 2009/2010, então são mesmo boas notícias, porque nessa altura, não vieram aqui propostas de alteração para melhorar o regulamento. O que veio aqui, foi uma alteração ao regulamento existente, reduzindo em 50% os apoios às coletividades desportivas e culturais. Apesar de tudo, disse que se está ainda muito longe dos valores de apoio, do regulamento anterior. Relembrou que há vinte anos havia treze freguesias e cada uma tinha um clube. Hoje, existem dez freguesias e três clubes, o que é mau, arriscando-se a que daqui a cinco ou dez anos passe a haver apenas um. Todo o sistema desportivo assenta nos clubes e se estes não existirem os pais terão que colocar os seus filhos, para praticarem qualquer modalidade, fora do concelho. Concluindo, disse que é muito importante, que à medida das possibilidades do executivo, estes apoios fossem melhorados. Disse ainda que faria duas recomendações muito rápidas, pois não gosta de ver a limitação do número de apoios em relação a vinte praticantes de futebol de onze ou de 14 praticantes do andebol. Uma equipa de juvenis ou de juniores normalmente vinte e quatro ou vinte e cinco, e esses cinco deixam de ser apoiados porquê? Esta diferença é assim tão pesada, financeiramente, que o Município não a possa suportar? Também gostava de ter visto, e não vê no regulamento, alguma majoração em termos da qualificação dos técnicos. Também não gostou de ver que tenha sido retirada a majoração à classificação da entidades formadoras, que acha que numa versão inicial, chegou a andar por lá. Mas esses são aspetos que se podem melhorar, e o ponto aqui é que se estão a melhorar os apoios, que se está a recuperar em relação ao regulamento anterior, mas há ainda um caminho que tem de ser feito rapidamente, atendendo às dificuldades que existem no movimento associativo, não só em Porto de Mós, mas em todo o País e infelizmente os Governos não acordam para a realidade de apoiar mais o desporto e valorizar o estatuto do dirigente desportivo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para agradecer a Júlio Vieira o apoio e participação que teve neste projeto de regulamento, deixando uma nota que lhe parece relevante: este é um regulamento que foi sempre pensado para o desporto no concelho, para

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividade desportiva federada e também para o desporto no global. Há aqui uma predominância do futebol, mas este regulamento tem uma abrangência que vai do futebol ao atletismo, ao ciclismo, ao andebol e demais. Está a ser feito um caminho que tem que ser percorrido, assumindo a responsabilidade de este regulamento já vir tarde e o Município continua, fora do regulamento, a apoiar outros projetos, como por exemplo o Super Quinas, um projeto da Federação Portuguesa de Futebol, muito bem-sucedido, que tem como objetivo a promoção da atividade física no 1º ciclo. Terminando agradeceu a Júlio Vieira pelo contributo, dizendo que este é o princípio de um caminho que está a ser feito e é relevante a conta final deste regulamento comparativamente com o anterior, e nos próximos tempos estes apoios serão certamente reforçados, dando depois a palavra ao senhor Vereador com o Pelouro do Desporto. O senhor Vereador, depois de cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia e todos os presentes, disse ter registado a intervenção de Júlio Vieira, mas a sua preocupação é um pouco maior do que só o futebol. Por isso, este regulamento foi feito de forma a poder dar respostas à iniciativa da comunidade. Se se fizerem contas, o concelho tem cerca de vinte e cinco mil habitantes, e os federados não chegam a mil. Assim a sua preocupação deve ser para os outros vinte e quatro mil. Nem toda a gente quer desporto federado. A sua perspetiva, foi poder dar formas de financiamento para que o desporto informal possa começar a criar raízes. É sabido que se o desporto informal criar raízes, vai alimentar toda a estrutura do desporto federado. Relativamente às entidades certificadas, também não se podia seguir esse caminho, porque só há uma associação que tem isso implementado, e que é o futebol. Quanto à limitação do número de praticantes, a ideia é garantir que as equipas têm o número, em dobro, suficiente para poder jogar e criar a oportunidade de lançar uma nova equipa, porque se conseguirem alimentar a estrutura com os escalões de formação, todos, sequenciais, e podendo inclusivamente ter duas equipas, certamente que o resultado final vai ser melhor. Esta perspetiva do regulamento, beneficia a grande entrada do desporto, beneficia depois quem consegue os resultados desportivos, porque tem aqui aumento de 25, 50 e 75% em função do valor total que recebe, e acaba por dar uma oportunidade para que os que não têm acesso à prática a possam vir a desenvolver. Terminando disse que este é um bom regulamento para o concelho.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -  
**4. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo de Porto de Mós – Proposta** –  
posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**5. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**.-----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que a Biblioteca Municipal de Porto de Mós, assinalou no dia 20 de junho, 32 anos. Existe agora um novo serviço que deve ser relevado, passando a ter *on line* mais de sete mil jornais e revistas, nacionais e internacionais. Referiu ainda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Casa dos Calados, tem visitas programadas, diárias. Disse depois que no dia de S. Pedro será inaugurada a ALE de Porto de Mós, uma obra muito importante para o concelho. Terminou convidando todos para a inauguração das Festas de S. Pedro, dia 28, ao final da tarde, nas tasquinhas.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, referiu que aquando da guarda do minuto de silêncio em homenagem aos falecidos supra referenciados, faltou a referência à mãe do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento. Dirigindo-se depois à senhora Presidente da Assembleia, disse que quando há pouco lhe chamou a atenção por não se dirigir diretamente à sua pessoa disse que é a sua maneira de ser e que não houve qualquer intenção de ofender quem, ou o que quer que fosse. Ao senhor Presidente da Câmara, disse que hoje não lhe deu os parabéns pela Casa dos Calados, mas deu na reunião descentralizada da Câmara, na Junta de Freguesia.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente propôs então que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem à mãe do senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, e 4 da Ordem de Trabalhos**, que passou a ler. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 21.50 horas do dia 21 de junho de 2024, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo. -----

-

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_